



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária na
2ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

26/02 a 02/03/2018



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



Sumário

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA.....	5
2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL	8
4. GESTÃO DA SECRETARIA	9
5. GESTÃO DE METAS.....	10
5.1. Metas internas	10
5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ.....	10
5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2017 (Foco: Produtividade)	10
5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2017 (Foco: Celeridade).....	11
5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2017 (Foco: Conciliação).....	12
5.2.4. Meta nº 4 CNJ/2017 (Foco: Improbidade Administrativa).....	13
5.2.5. Meta nº 5 CNJ/2017 (Foco: Processos de execução)	13
5.2.6. Meta nº 6 CNJ/2017 (Foco: Ações Coletivas).....	14
6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO	15
6.1. Produção e classificação de sentenças	15
6.2. Acervo concluso	16
6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)	16
6.4. Audiências	16
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO	18
7.1. Acervo da unidade	18
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência	19
7.2.1. Acervo total.....	19
7.2.2. Acervo ativo.....	20
7.2.3. Acervo suspenso.....	20
8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO	21
8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....	21
8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada.....	21
9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO.....	22
9.1. Balcão de entrada	22
9.2. Processos em segredo de justiça	23



9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR) 23	
9.4. Publicação de atos judiciais.....	24
9.5. Registro de início do cumprimento do julgado	25
9.6. Documentos pendentes de juntada.....	25
9.7. Remessa externa	26
10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA.....	28
11. PROCESSOS SUSPENSOS.....	31
12. RPs e PRECATÓRIOS	33
13. BENS PENHORADOS	34
14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS	35
15. LIVROS E PASTAS	37
16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA	38
17. TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA.....	41
17.1. CÍVEL.....	41
17.1.1. Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças.....	41
17.1.2. Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização .	41
18. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR	42
19. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS	43
20. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES	44
21. ENCERRAMENTO	45



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ (02VF-RJ), de 26/02 a 02/03/2018, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154 e 307 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726 e 14447) e MPF/ES (7760 e 14449), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323 e 14444) e DPU/ES (7755 e 14441), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747 e 14452) e OAB/ES (7748 e 14451), a Advocacia Geral da União – AGU (7744 e 14448) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752 e 14445).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária foi consignada em ata, anexa, subscrita pelo Meritíssimo Juiz Federal MAURO LUIS ROCHA LOPES, titular da unidade correicionada desde 30/11/2005, pela Diretora de Secretaria KELLY MEIRE PEIXOTO MENEZES e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 2.169 processos, sendo 112 físicos e 2.057 eletrônicos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4º deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.



3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL

Denominação: 02ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (02VF-RJ)

Data de instalação: 01/05/1967

Endereço: Avenida Rio Branco, 243, 3º andar do anexo II, Centro – Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20040-009

Distância da Direção do Foro (SJRJ): 0 Km

Juiz Titular: Dr. MAURO LUIS ROCHA LOPES, desde 30/11/2005.

Juiz Federal Substituto: Vago.

Diretora de Secretaria: Drª KELLY MEIRE PEIXOTO MENEZES

Competência: Cível

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
Set/15	6	7	1	0	14	14
Mar/18	7	6	1	2	14	14

Não há servidores em teletrabalho.



4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pela Diretora KELLY MEIRE PEIXOTO MENEZES, nomeada pela Egrêgia Presidência do TRF2; pelos Supervisores MARCELO MEIRELLES PREZA, MARCOS FARIAS DE SOUZA e pelo Oficial de Gabinete LUIZ CLÁUDIO GOMES DE FREITAS. Os servidores têm a capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (art. 5º, §§ 2º e 5º, da Lei nº 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 100% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 03 a 07/04/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.



5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas

As metas objetivadas pela Secretaria são: 1) “zerar” todos os as petições pedentes de juntada e os processos que aguardam prolação de despachos e decisões; 2) não passar de 1.000 processos em trâmite. A Diretora informou, em 02/3/2018, que o processo mais antigo concluso para sentença era do dia 16/02/2018.

Para os gestores, deve ser mantida motivação diária da equipe, haver vontade no grupo e ser feita cobrança diária de produtividade. A Diretora relatou que em 2017 a unidade bateu seu recorde de processamento.

A unidade pretendia concluir a digitalização dos seus processos, porém cedeu o seu melhor escaner para a Subseção de São Pedro da Aldeia, confiante de que seria a primeira Vara a participar do cronograma de digitalizações. Porém, com a mudança do cronograma agora aguarda a remessa dos feitos para a central, já que os equipamentos que possui são inadequados à rápida digitalização.

5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se à Vara Federal correccionada as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade), 3 (Conciliação), 4 (Improbidade), 5 (Processos de Execução e 6 (Ações Coletivas), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016. Os gestores da 02VF-RJ acompanham o desempenho das metas nº 02 e 04 do CNJ, mas observaram que os mapas estatísticos fornecidos pelo Portal relatam alguns processos já sentenciados, exemplo: Ação Ordinária 0045864-72.2012.4.02.5101, sentenciada em 24/10/2017.

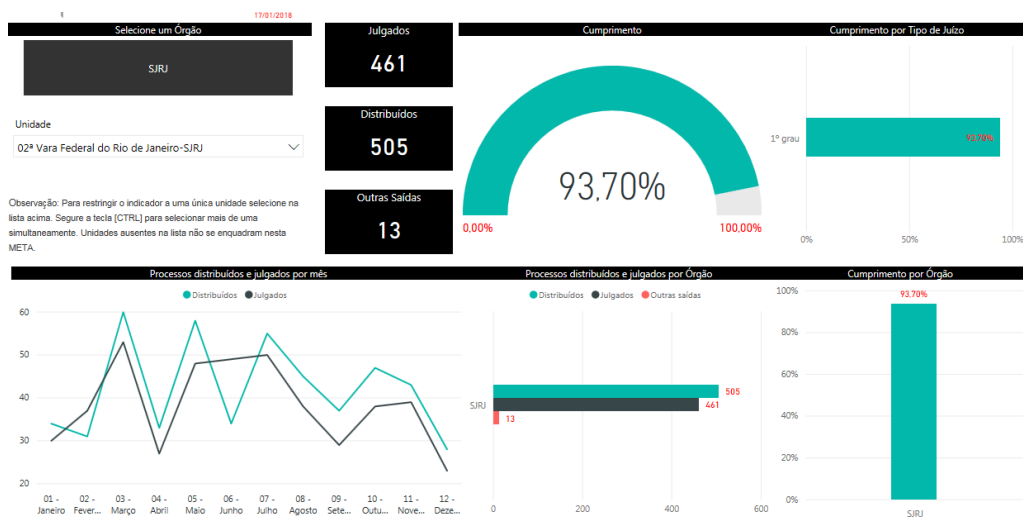
5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2017 (Foco: Produtividade)

“Identificar e julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”²

² A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitem em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.

O órgão recebeu, por distribuição, 505 processos em 2017 e julgou 461, cumprindo 93,70% da meta n° 1 CNJ/2017.

TRF2
Fls 121



Fonte: PORTAL, acesso em 26/02/2018.

5.2.2. Meta n° 2 CNJ/2017 (Foco: Celeridade)

“(i) 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e (ii) 85% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no 1º e 2º graus;”.

Julgados 99,04% dos 628 processos-alvo.



Fonte: PORTAL, acesso em 26/02/2018.

Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9).

Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 2 CNJ/2017:

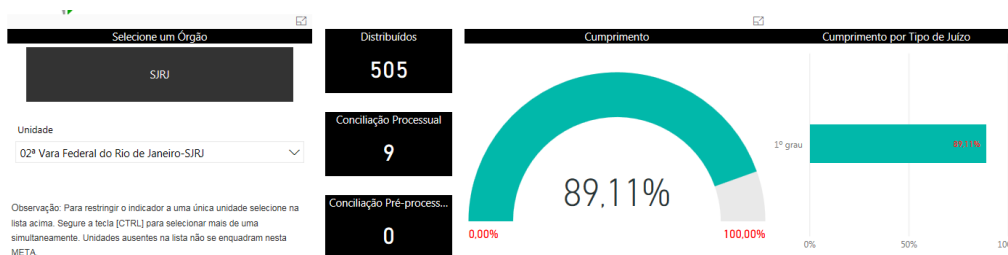
Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0008198-18.2004.4.02.5101	MS	Concurso público	sim	Concluso p/ sentença	21/02/18
0002535-78.2010.4.02.5101	Ordinária	Anulação de auto de infração	sim	Aguardando devolução mandado	15/02/18
0018182-16.2010.4.02.5101	Embargos à execução	Revisão proventos servidor público	sim	Carga para PRF	23/02/18
0000600-32.2012.4.02.5101	Ordinária	Anulação de ato administrativo	sim	Certidão de publicação	23/02/18
0045864-72.2012.4.02.5101	Ordinária servidor público	Revisão proventos servidor público	sim	Juntada de petição	16/02/18

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Não há, s.m.j, irregularidade atribuível à unidade correccionada.

5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2017 (Foco: Conciliação)

“Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos”

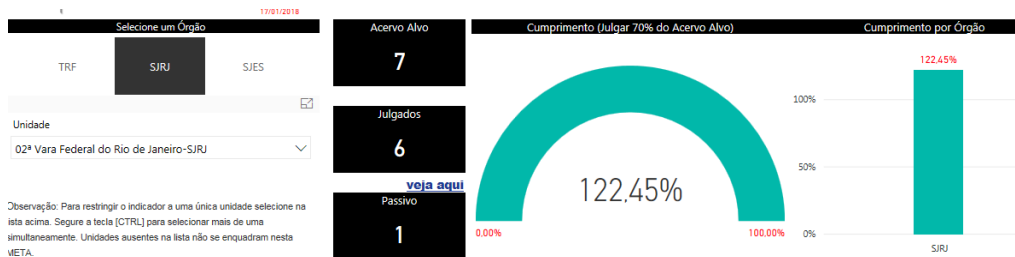




5.2.4. Meta nº 4 CNJ/2017 (Foco: Improbidade Administrativa)

“Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014”³

O órgão julgou 85,71% dos 7 processos-alvo da Meta nº 4 CNJ/2017, atingindo 122,45% da Meta.

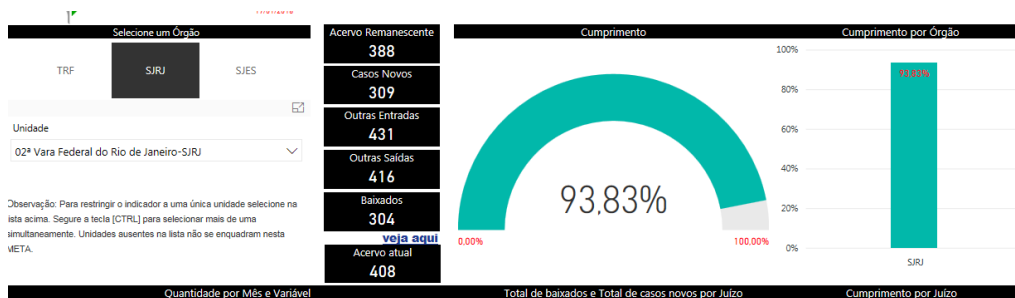


Fonte: PORTAL, acesso em 26/02/2018.

5.2.5. Meta nº 5 CNJ/2017 (Foco: Processos de execução)

“Baixar em 2017 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.”⁴

Cumpridos 93,83% da meta nº 5 CNJ/2017.



³ A Constituição Federal Brasileira preceitua a legalidade e a moralidade como alguns dos princípios da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios. A improbidade administrativa e os crimes contra a Administração Pública, atos impregnados de desonestidade que desvirtuam a função pública e desrespeitam a ordem jurídica, atentam principalmente contra esses princípios. Assim, a Meta 4, voltada à celeridade na tramitação das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, busca atender aos anseios da sociedade, que espera do Poder Judiciário uma resposta tempestiva nos processos que visam à persecução das condutas violadoras dos princípios da Administração Pública, dos deveres de probidade e da coisa pública. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 27).

⁴ A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).



Fonte: PORTAL, acesso em 26/02/2018.

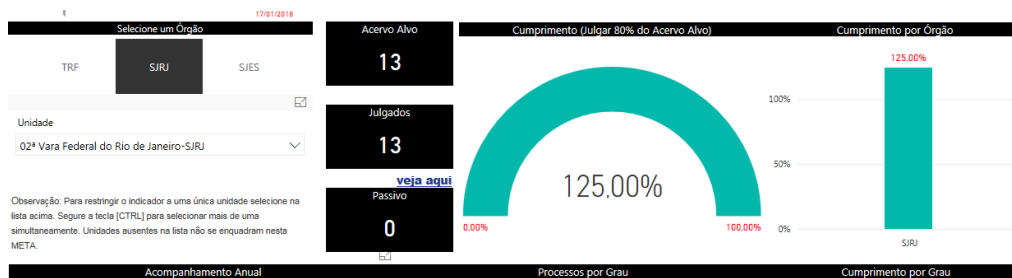
Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 5 CNJ/2017:

Processo	Julgado pendente de cumprimento	Data de trânsito em julgado	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0000604-50.2004.4.02.5101	Execução por título extrajudicial	data	sim	Suspensão por não localiz. de bens do devedor	23/01/18
0002333-43.2006.4.02.5101	Execução por título extrajudicial	data	sim	Intimação de decisão	15/02/18
0000133-53.2012.4.02.5101	Honorários advocatícios em favor da OI S/A	31/10/17	sim	juntada	15/01/18
0002725-02.2014.4.02.5101	Honorários advocatícios em favor da CEF	13/09/17	sim	Intimação de despacho	20/02/18
0017352-06.2017.4.02.5101	Execução de sentença contra a Fazenda (28,86%)	-	sim	Remessa para PRF	28/02/18

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderada a sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

5.2.6. Meta nº 6 CNJ/2017 (Foco: Ações Coletivas)

O órgão julgou 100% dos processos-alvo da Meta 6 CNJ/2017, atingindo 125% da Meta:



Fonte: PORTAL, acesso em 26/02/2018.



6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO

6.1. Produção e classificação de sentenças

A unidade correccionada produziu 785 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/02/2017 a 31/01/2018), com média de 65,41 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	391
B1	Homologatória de acordo	9
B2	Repetitiva (padronizada)	171
C	Sem resolução do mérito	214
D1	Penal condenatória	00
D2	Penal absolutória	00
D3	Rejeição de queixa	00
D4	Rejeição de denúncia	00
E1	Extintiva de punibilidade	00
E2	Suspensão condicional da pena	00

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz, acesso em 19/02/2018.

A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

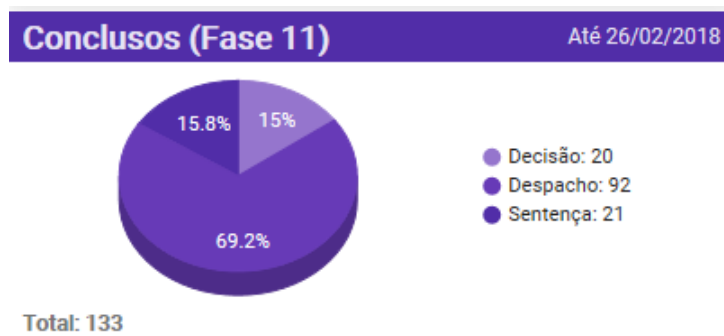
TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0030985-84.2017.4.02.5101	0004748-18.2014.4.02.5101	0025557-78.2004.4.02.5101	0130848-13.2017.4.02.5101
0055868-32.2016.4.02.5101	0043537-52.2015.4.02.5101	0016434-85.2006.4.02.5101	0130058-29.2017.4.02.5101
0039842-90.2015.4.02.5101	0061636-41.2013.4.02.5101	0011500-60.2001.4.02.5101	0103004-30.2013.4.02.5101
0004405-52.1996.4.02.5101	0013306-71.2017.4.02.5101	0022967-89.2008.4.02.5101	0078221-32.2017.4.02.5101
0034142-36.2015.4.02.5101	0059226-45.2016.4.02.5120	0015777-65.2014.4.02.5101	0054058-32.2017.4.02.5151

Fonte: PORTAL, acesso em 19/02/2018

Contudo, no processo 0036530-38.2017.4.02.5101, no qual foi proferida sentença fundamentada individualizada, foi esta registrada no Apolo como “tipo A”; todavia, no corpo da sentença consta “tipo B2”.

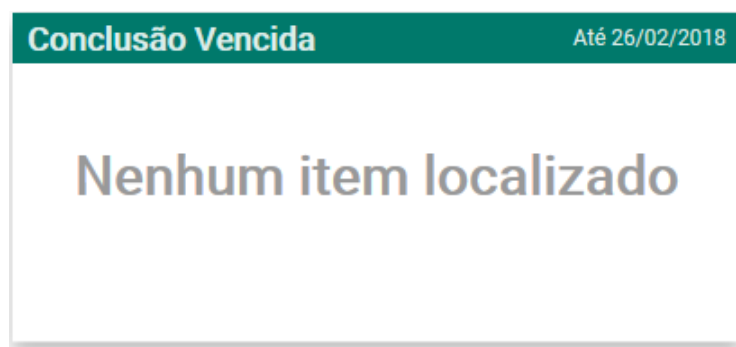
Sugere-se: Corrigir a anotação da classificação da sentença proferida no processo 0036530-38.2017.4.02.5101.

6.2. Acervo concluso



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 26/02/2018

6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 26/02/2018

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 26/02/2018) indica não haver processos conclusos para sentença há mais de 180 dias (art. 227, III, CNCR).

6.4. Audiências



JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária na **02VF-RJ – 26/02 a 02/03/2018**

Nos últimos 12 meses (01/02/2017 até 30/01/2018) foram designadas 68 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.

TRF2
Fls 127

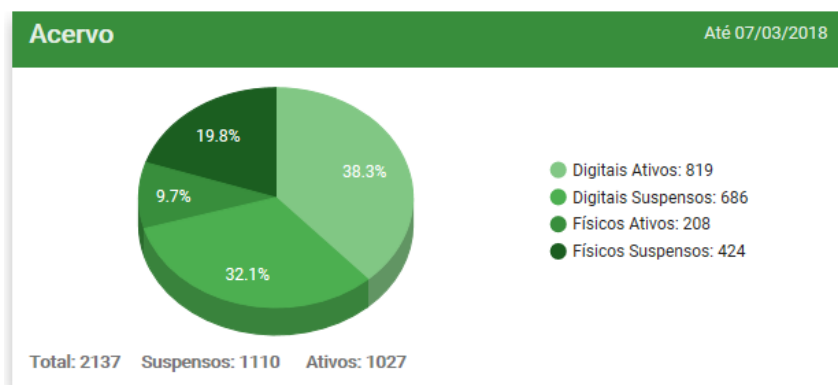
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

7.1. Acervo da unidade

Mês : Janeiro ▾ Vara : 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro ▾

Tipo de Processo ▾

Medidas ▾		Eletrônico	Físico	Total		
Ano ▾	Situacao Processo ▾	Processos	2014 Trâmite	532	456	988
			2014 Suspensão	173	520	693
			2014 Recurso TRF-2	693	1006	1699
			2015 Trâmite	649	305	954
			2015 Suspensão	324	518	842
			2015 Recurso TRF-2	782	772	1554
			2016 Trâmite	586	222	808
			2016 Suspensão	455	512	967
			2016 Recurso TRF-2	887	577	1464
			2017 Trâmite	668	215	883
			2017 Suspensão	602	452	1054
			2017 Recurso TRF-2	868	473	1341
2018 Trâmite	787	199	986			
2018 Suspensão	690	434	1124			
2018 Recurso TRF-2	792	311	1103			
Total		9488	6972	16460		



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 07/03/2018

Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

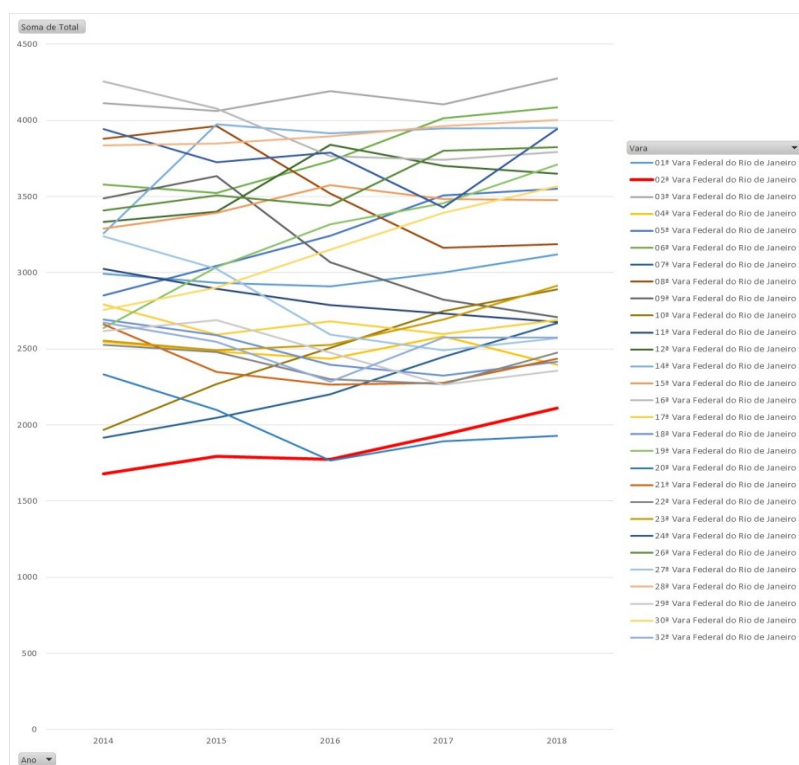
	Correição Abr/2014*	Correição Set/2015*	Correição Fev/2018
Total	3.330	3.258	3.213
Suspensos	689	951	1.124
Remetidos para julgar recurso	1.669	1.458	1.103



Tramitação ajustada	972	849	986
----------------------------	-----	-----	-----

7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência

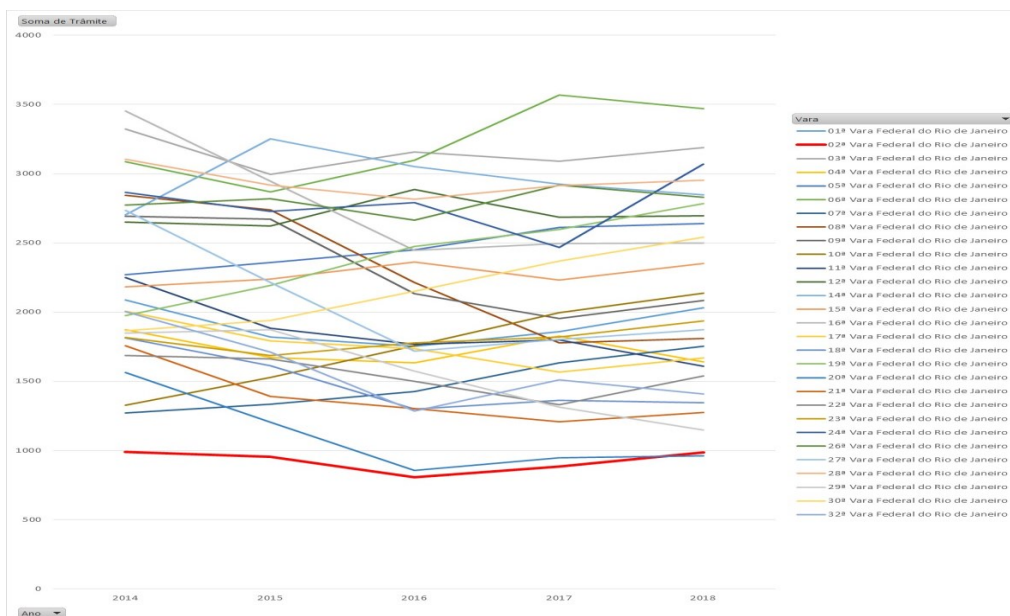
7.2.1. Acervo total



Fonte: APOLO, em 07/03/2018

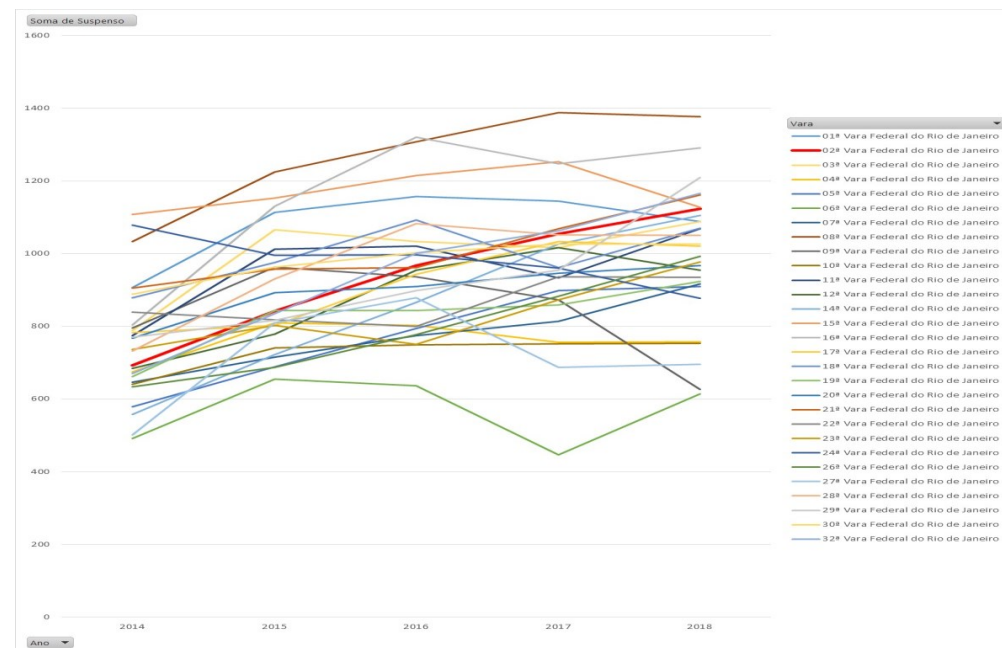


7.2.2. Acervo ativo



Fonte: APOLO, em 07/03/2018

7.2.3. Acervo suspenso



Fonte: APOLO, em 07/03/2018



8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

A seleção de processos cuja tramitação é prioritária é diária e ocorre no momento do ingresso do processo no balcão de entrada da unidade. Não há acúmulo de processos sensíveis aguardando andamento.

8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada

A sintonia do trabalho entre os servidores lotados na Secretaria e no Gabinete aliada à experiência e capacitação viabilizam a prolação de sentença em cerca de 15 dias, sendo rara a conversão em diligências.



9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada

Documento	Classe/Endereço	Motivo	Identificador	Data Entrada	Usuário	Situação	Cabinete/Vara	Dt. Ult. Distr.	Dt.
0025028-05.2017.4.02.5101	10005	Remessa Interna para	0025028	15/02/2018 17:09	JRJVZR		02ª Vara Federal do Rio de Janeiro	08/03/2017 12:46	07/
0024654-23.2016.4.02.5101	4010	Remessa Interna para	0024654	21/02/2018 12:52	JRJOCR		02ª Vara Federal do Rio de Janeiro	09/03/2016 16:02	08/
0217623-31.2017.4.02.5101	4002	Aguardando atuação	0217623	21/02/2018 16:34	JRJMFS		02ª Vara Federal do Rio de Janeiro	04/12/2017 12:08	01/
0010172-02.2018.4.02.5101 - Local 2) MAN 0002.000283-1/2018	JACAREPAGUA - RUAA	DEVOLVIDO COM RESI	0010172	26/02/2018 12:19	JRJGSL				
0010172-02.2018.4.02.5101 - Local 2) MAN 0002.000281-2/2018	FREGUESIA (JACAREPAGUA)	DEVOLVIDO COM RESI	0010172	26/02/2018 12:20	JRJGSL				
0068397-20.2015.4.02.5101 - Local 2) 2018.3000.134401-7		Novo Documento Cada	0068397	26/02/2018 12:49	PETWEB				
0179914-59.2017.4.02.5101 - Local 2) 2018.3020.039163-5		Novo Documento Cada	0179914	26/02/2018 13:08	WEBSERV				
0203323-84.2017.4.02.5101 - Local 2) 2018.3020.039167-8		Novo Documento Cada	0203323	26/02/2018 13:10	WEBSERV				
0004181-79.2017.4.02.5101	6006	#int-CONF-106#portal	0004181	26/02/2018 13:15	PORTALWI		02ª Vara Federal do Rio de Janeiro	25/01/2017 16:53	16/
0016974-49.2016.4.02.5101 - Local 2) 2018.3020.039216-0		Novo Documento Cada	0016974	26/02/2018 13:32	WEBSERV				
0021308-83.2018.4.02.5101 - Local 2) 2018.3000.134666-4		Novo Documento Cada	0021308	26/02/2018 13:41	PETWEB				
0021308-83.2018.4.02.5101 - Local 2) 2018.3000.134667-2		Novo Documento Cada	0021308	26/02/2018 13:41	PETWEB				
0225386-83.2017.4.02.5101 - Local 2) 2018.3000.134672-9		Novo Documento Cada	0225386	26/02/2018 13:42	PETWEB				
0001335-55.2018.4.02.5101 - Local 2) 2018.3020.039256-9		Novo Documento Cada	0001335	26/02/2018 14:04	WEBSERV				

No dia 26/02/2018, às 13:50 horas, existiam 13 documentos sendo o mais antigo o de 15/02/2018, sob o n° 0025028-05.2017.4.02.5101 aguardando movimentação cartorária, inspecionados os mais antigos:

Data de entrada	Número	Classe/Natur eza	Observação
15/02/18	0025028-05.2017.4.02.5101	10005	Último movimento em 15/02/2018: remessa interna para informação de falta de elementos para cálculo- Local 2a Vara Federal do RJ.
21/02/18	0024654-23.2016.4.02.5101	4010	Último movimento em 21/02/2018: remessa interna para solicitação de esclarecimento ao Juízo - Local: 2a Vara Federal do Rio de Janeiro.
21/02/18	0217623-31.2017.4.02.5101	4002	Último movimento em 21/02/2018: cancelamento de juntada.
26/02/18	0010172-02.2018.4.02.5101	4002	Último movimento em 05/02/2018: movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado.
21/02/18	0068397-20.2015.4.02.5101	1005	Último movimento em 21/02/2018: remessa, carga para Defensoria Pública por motivo de manifestação.



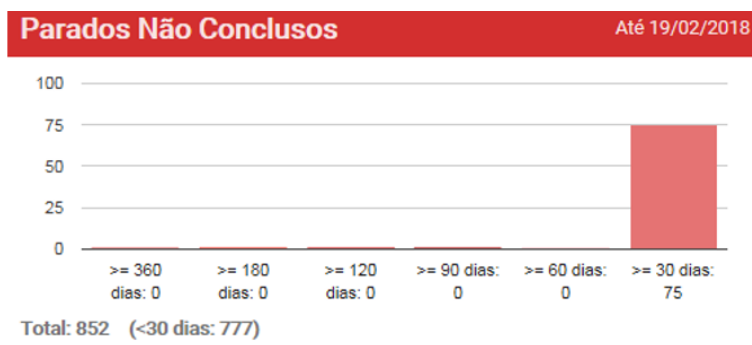
9.2. Processos em segredo de justiça

Posição em	19/02/2018
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	1
Sistema	2
Documento	1
Total Geral	4

Fonte: PORTAL, acesso em 19/02/2018

Número	Classe	Tipo de segredo	Fls. da decisão de segredo	Observação
00224295520014025101	4002	sistema	158	Regular
00046648520124025101	5013	sistema	143	Regular
00364544820164025101	5013	Sigilo de peças	132	Regular
00071117020174025101	1003	sistema	98	Regular

9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR)



Fonte: PAINEL, acesso em 19/02/2018



De acordo com os processos inspecionados, por amostragem, abaixo relacionados, não há irregularidades quanto à sua movimentação.

Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0162519-54.2017.4.02.5101	1005	sim	Remessa, carga para AGU	46	08/01/18
0230175-28.2017.4.02.5101	1003	sim	Remessa, carga para AGU	35	21/02/18
0149675-43.2015.4.02.5101	4002	sim	Remessa, carga PRF autarquias e fundações federais	46	08/01/18
0084869-96.2015.4.02.5101	1003	sim	Movimentação cartorária tipo aguardando retorno de AR	46	08/01/18
0188669-72.2017.4.02.5101	1005	sim	juntada	46	08/01/18
0130848-13.2017.4.02.5101	1001	sim	Remessa, carga para Fazenda Nacional	45	09/01/18
0042712-16.2012.4.02.5101	1003	sim	Movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado	45	09/01/18
0178926-38.2017.4.02.5101	4002	sim	juntada	33	23/02/18
0160253-65.2015.4.02.5101	4002	sim	juntada	30	26/02/18
0539717-95.1900.4.02.5101	5010	sim	Intimação de despacho - publicação	35	21/02/18

9.4. Publicação de atos judiciais

A unidade cumpre o prazo de 10 dias entre a intimação e a publicação dos atos no DJE fixado no art. 181, da CNCR, conforme se vê no quadro a seguir:

Total Geral de Boletins Gerados	Período	02/2017 a 01/2018
	Processos	7.154
	Boletins	453
	Média (Proc. / Bol.)	15,79
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,82

Fonte: PORTAL, acesso em 19/02/2018

9.5. Registro de início do cumprimento do julgado

Os registros do sistema eletrônico de acompanhamento processual devem retratar fielmente as demandas propostas e os atos processuais efetivamente praticados nos autos (art. 332, CNCR).

Assim, cumpre aos servidores registrar e, aos Magistrados e Diretores fiscalizar, o registro no APOLO do encerramento da fase de conhecimento – trânsito em julgado (fase 73) – e, se cabível, o início da fase de cumprimento do julgado (fase 18), considerada a data de retorno dos autos da instância recursal ou, não havendo interposição de recurso, a de trânsito em julgado (art. 333). Esses registros alimentam a base de dados informada para cômputo do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)⁵.

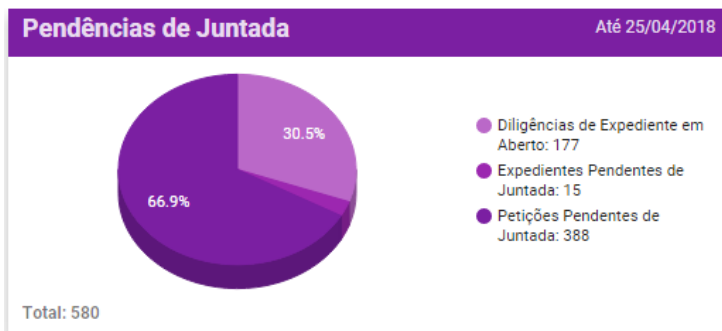
Por amostragem, selecionados os processos com RPV expedido, verificou-se que a unidade correicionada possui 04 feitos sem registro da fase 18 no APOLO.

Ano : 2018		Mês : Fevereiro				
Vara		Execução de Sentença - Fase 18		Requisição Valor		
Medidas		02ª Vara Federal do Rio de Janeiro				
Situacao Processo		Informada	Não Informada			Total
		Sim	Sim			
Processos	Trâmite	52	2			54
	Suspensão	27	2			29
	Total	79	4			83

Fonte: PORTAL, acesso em 19/02/2018

9.6. Documentos pendentes de juntada

⁵ O IPC-Jus é o indicador criado pelo CNJ que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais.



Fonte: PAINEL, acesso em 25/04/2018

Inspeccionadas as petições que aguardam juntada há mais tempo:

Data de entrada	Número da petição	Processo	Síntese do pedido	Dias que aguarda juntar	Local do processo
08/01/03	2003.0002.006061-0	0073914-70.1996.4.02.5101	Guia	5.586	TRF-2
08/04/10	2010.0002.000609-9	0014087-16.2005.4.02.5101	Fax – TRF resultado de agravo.	2.939	TRF-2
18/11/10	2010.0002.002198-5	0024737-54.2007.4.02.5101	Cópias dos Agravos nºs 2007.02.01.01 4372-7 e 2007.02.01.01 4776-9.	2.715	TRF-2
21/11/17	2017.3003.053778-3	0023978-75.2016.4.02.5101	Petição Geral	155	TRF-2
21/11/17	2017.3003.054019-9	0031865-47.2015.4.02.5101	Petição Geral	155	TRF-2

9.7. Remessa externa

Constam 09 processos físicos com prazos de remessa externa vencidos:



Ano : 2018 Mês : Fevereiro Vara : 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro Localização Atual : Externo Situação Processo : Trâmite

Medidas Data Último Movimento

Tipo de Processo	Último Movimento	Complemento Fase	Processos		
			2017	2018	Total
			Dezembro	Janeiro	
		Advocacia Geral da União		1	1
		Autor		2	2
Físico	Remessa, Carga	CEF - Caixa Econômica Federal	3		3
		Defensoria Pública		1	1
		PRF - Varas Cíveis (Capital) e INPI - Autarquias e Fundações Federais		2	2
Total			3	6	9

Processos inspecionados

Processo	Classe	Carga ao(à)	Data da remessa	Observação
0011985-16.2008.4.02.5101	Ordinária/Outras	CEF	15/12/17	A data final da remessa era 06/03/2018, mas o processo foi devolvido em 20/04/2018.
0027348-43.2008.4.02.5101	Ordinária/Outras	CEF	14/12/17	A data final da remessa era 06/03/2018, mas o processo foi devolvido em 20/04/2018.
0011128-33.2009.4.02.5101	Ordinária/Outras	CEF	14/12/17	A data final da remessa era 06/03/2018, mas o processo foi devolvido em 20/04/2018.
0109085-54.1997.4.02.5101	Ordinária/Outras	Autor	22/01/18	A data final da remessa era 16/02/2018, mas o processo foi devolvido em 27/03/2018.
0265904-19.1900.4.02.5101	Ação de Desapropriação	DPU	18/01/18	A data final da remessa era 23/02/2018, mas o processo foi devolvido em 05/03/2018.

**10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA**

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões. O cofre da Secretaria não é utilizado e permanece aberto.

Na estatística de processos distribuídos extraída do APOLO em 19/02/2018 às 14h e 34min., abrangendo o período de 01/02/2017 a 31/01/2018, há 13 processos em trâmite no órgão correccionado nessas classes ou situações específicas e, no PORTAL, inexistente anotação de réus presos nas ações vinculadas ao Juízo.

A Vara Federal possui no acervo:

Classe	Em trâmite	Suspensos	Ag. Julg. Recurso	Total
Ação Civil Pública	4	1	1	6
Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa	5	2	2	9
Ação Civil Pública CDC	0	0	1	1
Ação Civil Pública Servidor	2	0	0	2
Mandados de Segurança Coletivas	1	2	5	8
Outras ações/Improbidade Administrativa	1	0	0	1
Ações Populares	0	0	0	0
Habeas Corpus	-	-	-	-
Processos criminais com réus presos	-	-	-	-



Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0008163-48.2010.4.02.5101	Mandado de Segurança Coletivo Tributário	Compensação tributária, contribuição tributária, débito fiscal multas e juros	sim	Suspensão por Repercussão Geral	13/02/17
0008651-03.2010.4.02.5101	Mandado de Segurança Coletivo Tributário	Compensação tributária, contribuição tributária, débito fiscal multas e juros.	sim	Suspensão por Repercussão Geral	10/08/17
0009482-51.2010.4.02.5101	Mandado de Segurança Coletivo Tributário	Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social PIS/PASEP/FNSOCIAL/COFINS.	sim	Remessa para o TRF da 2ª Região	08/02/18
0004373-22.2011.4.02.5101	Ação Civil Pública	Fiscalização do Exercício Profissional, COREN. PAD Nº 1004/2010.	sim	Suspensão aguardando decisão de instância superior	22/01/18
0121101-10.2015.4.02.5101	Ação Popular	Atos e procedimentos administrativos, CRF.	sim	Processo baixado, findo.	03/05/17
0007576-26.2010.4.02.5101	Ação Civil Pública Improbidade Administrativa	Atos e procedimentos administrativos. Autor MPF. Irregularidade na contratação de Empresa de Consultoria pela Casa da Moeda do Brasil-CMB.	sim	Processo baixado, findo.	24/11/17
0004630-47.2011.4.02.5101	Ação Civil Pública Improbidade Administrativa	Concessão irregular de 616 benefícios previdenciários. Apreensão/indisponibilidade e de bens e bloqueio de numerários.	sim	Suspensão aguardando decisão de instância superior.	22/08/16
0012163-52.2014.4.02.5101	Ação Civil Pública Improbidade Administrativa	Movimentações financeiras atípicas e exercício de atividades privadas incompatíveis com o exercício de cargo público.	sim	Suspensão aguardando decisão de instância superior.	30/01/18
0047706-82.2015.4.02.5101	Ação Civil Pública do Código de Defesa do Consumidor	Perdas com a correção do FGTS pela Taxa Referencial -TR.	sim	Processo suspenso aguardando decisão de instância superior.	13/05/15
0057901-92.2016.4.02.5101	Ação Civil Pública	Vencimentos ou proventos de servidores públicos. Plano de Previdência	sim	Suspensão fase de conhecimento	05/07/17



		Complementar. Fundo de Pensão.			
--	--	--------------------------------	--	--	--

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

**11. PROCESSOS SUSPENSOS**

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos com sua inserção em local virtual específico, locais virtuais verificados em 27/02/2018 às 14h54min, conforme os exemplos a seguir:

Local Virtual	Nº de Processos
PROCESSOS SUSPENSOS	290
PROCESSOS SUSPENSOS - CORREÇÃO FGTS (RESP Nº 1381683)	144
SUSPENSO - AGUARDANDO DECISÃO DE INSTÂNCIA SUPERIOR	51

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

Repercussão geral/Recursos repetitivos	Paradigma	Situação
0009758-24.2006.4.02.5101	RE 597.064	Suspensão em decorrência do paradigma (Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde, SUS das despesas com atendimento a beneficiários de planos privados de saúde). Suspensão desde 13/03/2014.
0016177-89.2008.4.02.5101	Sem indicação	Suspensão por motivo de Repercussão Geral desde 05/07/2012.
0021599-16.2006.4.02.5101	Sem indicação	Suspensão por motivo de Repercussão Geral desde 28/02/2012.
0014434-83.2004.4.02.5101	Sem indicação	Suspensão por motivo de Repercussão Geral desde 02/04/2012.
0017124-51.2005.4.02.5101	RE 627.106	Suspensão em decorrência do paradigma (Execução extrajudicial de dívidas hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro de Habitação). Suspensão desde 11/09/2014.

CÍVEL

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
0018260-78.2008.4.02.5101	Aguardando decisão de	07/07/16	O feito continua suspensão aguardando decisão de instância superior.



	instância superior		
0027811-48.2009.4.02.5101	§2º ART. 921 CPC	21/02/18	Processo suspenso, não foram encontrados bens penhoráveis (arquivamento sem baixa), suspenso de 21/02/2018 a 19/03/2018.
0008453-49.1999.4.02.5101	Cumprimento de Precatório/RPV	30/11/16	Suspensão do curso do feito de 30/11/2016 a 22/02/2017. Em 22/02/2017, o processo foi arquivado na secretaria com baixa na distribuição.
0000625-89.2005.4.02.5101	921 III §1 CPC	12/01/18	Processo suspenso, por não localização do devedor, de 12/01/2018 a 21/01/2018. Em 23/02/2018, o curso do feito foi suspenso por outros motivos fase/processo de execução.
0029986-30.2000.4.02.5101	Art. 921, III, § 1º do NCP	26/07/17	Processo suspenso por não localização do devedor ou de bens. Não foi fixada a data final da suspensão.

TRF2
Fls 142

**12. RPVs E PRECATÓRIOS**

A unidade correccionada enviou 91 precatórios e 257 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/02/2017 a 31/01/2018). Constatam cadastrados, pendentes de envio ao TRF 34 precatórios e 85 RPVs, analisados os feitos a seguir.

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Data do envio	Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR
0096575-42.2016.4.02.5101	Precatório	19/06/17	-	Processo suspenso aguardando decisão de instância superior desde 13/10/17.
0108779-21.2016.4.02.5101	Precatório	01/06/17	15/03/18	Embora constasse como apenas cadastrado na data da verificação dos dados, o precatório foi enviado em 15/03/18.
0007444-32.2011.4.02.5101	Precatório	05/07/17	27/02/18	Embora constasse como apenas cadastrado na data da verificação dos dados, o precatório foi enviado em 27/02/18.
0139974-87.2017.4.02.5101	RPV	23/08/17	15/03/18	Embora constasse como apenas cadastrado na data da verificação dos dados, o RPV foi enviado em 15/03/18.
0040085-39.2012.4.02.5101	RPV	25/10/17	08/03/18	Embora constasse como apenas cadastrado na data da verificação dos dados, o RPV foi enviado em 08/03/18.



13. BENS PENHORADOS

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

O relatório de bens penhorados, extraído do APOLO em 19/02/2018, apresenta cadastramento de 110 bens penhorados pelo Juízo. Analisados a amostra de feitos a seguir, se constatou, falha, no registro das penhoras pela Secretaria:

Processo	Data da penhora	Correspondência do registro APOLO com o auto de penhora	Observação
0000386-56.2003.4.02.5101	26/07/16	sim	No relatório de bens penhorados do Apolo não foi registrado o tipo de bem.
0001050-72.2012.4.02.5101	07/02/12	sim	Não foi registrado o valor do bem.
0001593-95.2000.4.02.5101	17/05/17	sim	No relatório de bens penhorados do Apolo, não há registro no campo tipo do bem.
0007975-75.1998.4.02.5101	16/09/16	sim	No relatório de bens penhorados do Apolo, não há menção ao valor do bem e nem ao tipo de bem penhorado.
0009714-58.2013.4.02.5101	28/08/14	sim	Não houve registro no campo "local", onde se encontra o bem.

14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 203, 204 e 242 a 247 da CNCR.

Os documentos relativos a processos judiciais cujo acautelamento se faça necessário é feito em caixas plásticas:



Em 06/02/2018, havia 59 processos com anotação de acautelamento de bens, tais como, mídias digitais, processos (autos), extratos bancários, documentos, prontuário médico, originais de contratos.

Processos analisados

Processo	Data do acautelamento	Correspondência do registro APOLO com o acautelado	Observação
00006003220124025101	21/11/2012	Como o bem não tem relevante expressão	Mídia mencionada na petição de nº 2012.7152.1340110 (Sem localização)



		patrimonial, o envelope não foi aberto	
00018994920094025101	28/06/2017	Como o bem não tem relevante expressão patrimonial, o envelope não foi aberto	Mídia digital entregue pela Perita Emilia Maria de Oliveira, contendo documentos fornecidos pelo IME para a realização do laudo pericial (Sem localização)
00021214620114025101	29/04/2011	Como o bem não tem relevante expressão patrimonial, o envelope não foi aberto	Mídia digital contendo os documentos que compõem a inicial (Sem localização)
00021214620114025101	28/01/2013	Como o bem não tem relevante expressão patrimonial, o envelope não foi aberto	Mídia com a gravação do depoimento da testemunha (Sem localização)
00029959420124025101	16/05/2013	Como o bem não tem relevante expressão patrimonial, o envelope não foi aberto	Mídia constante da carta precatória CTA.0002.000017-7/201 (Sem localização)



15. LIVROS E PASTAS

O órgão correccionado dispõe de 5 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber:

	Abertura	Finalidade	Número de ordem na lombada	Folhas numeradas	Folhas rubricadas
Livro de ponto dos servidores	Sim	Sim	Livro padrão da SJRJ	Sim	Sim
Livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do juízo	Sim	Sim	Livro padrão da SJRJ	Sim	Sim
Livro de carga ao Ministério Público	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Pastas de atos do plantão	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Livro de Reclamações	Sim	Sim	Livro padrão da SJRJ	Não aplicável, ante a falta de reclamações	Não aplicável, ante a falta de reclamações

* Somente Execução Penal

Obs¹: Art. 149. Garantidas a autenticidade, a segurança e a inalterabilidade, adotam-se as seguintes pastas eletrônicas obrigatórias, cujos dados e documentos serão gerenciados pelo sistema de acompanhamento processual: I – pasta de mandados; II – pasta de ofícios; III – pasta de alvarás; IV – pasta de relatórios de inspeções; V – pasta de atas de audiências; VI – pasta de mandados de prisão; VII – pasta de sentenças.

Obs²: Extinto livro de rol de culpados: Provimento 00010/CR-TRF2, de 16.09.201

As pastas de remessa dos autos aos setores administrativos são individualizadas (autos recebidos da distribuição das varas, autos recebidos do TRF, contadoria, arquivo, SEDCP, etc). Essas pastas têm termo de abertura, as finalidades e números de ordem ficam na lombada, e nem todas as folhas estão devidamente numeradas e rubricadas.

Não há Pasta de Plantão, a documentação fica presa, com presilha, numa caixa em que são arquivados todos os atos do plantão, sendo que o miolo das pastas é separado por ano. Há uma lista colorida fixada no escaninho onde as pastas ficam localizadas, nela consta o nome e número de todas as pastas.

Sugere-se a abertura da Pasta de Atos de Plantão (art. 148, §6º, CNCR) e a numeração e rubrica das páginas do Livro de Carga ao MPF (art. 147, III).

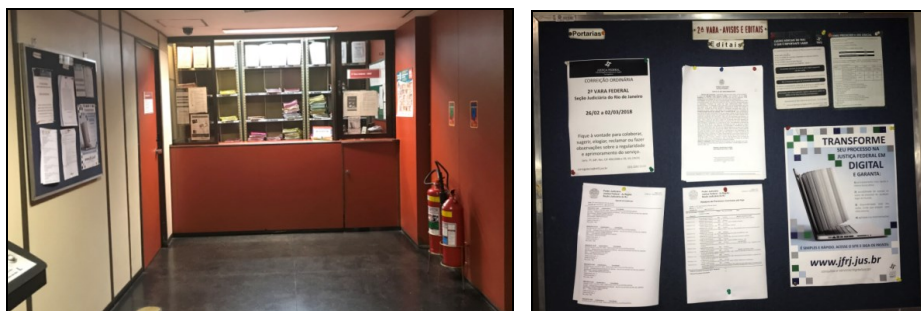
16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 2ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro fica no 3º andar do anexo II do edifício localizado na Avenida Rio Branco, 243, no centro da cidade, com boas instalações físicas, bem conservadas e limpas.

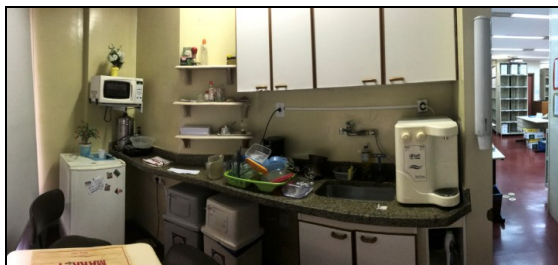
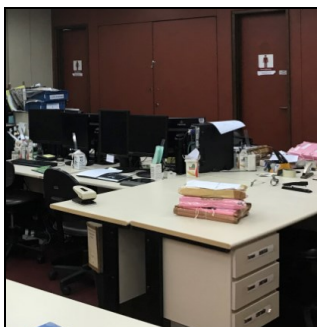
Na entrada do prédio, há um balcão para a equipe de segurança da empresa terceirizada, detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados.



O balcão de atendimento ao público externo é acessível e existe um mural para orientação do público.



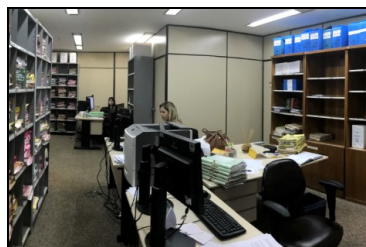
A sala da Secretaria da Vara, embora ampla, tem um *lay-out* pouco funcional, em razão dos diversos armários de aço com processos físicos existentes. Embora o mobiliário esteja bem dividido, a área de circulação é limitada, com sensação de ambiente apertado. Não foi constatado mofo ou poeira no ambiente. Banheiros limpos e organizados. As Mesas e cadeiras, embora não sejam todas novas, estão em bom estado de conservação e são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal. Existe uma pequena copa para refeições.



Os Gabinetes dos Juizes Federais Titular e Substituto são amplos, com mesas, poltrona, estante, frigobar e banheiro privativo.



A sala de audiências e o setor de apoio aos gabinetes também são funcionais e adequados aos padrões da justiça.



A refrigeração em todo prédio é feita através de sistema de ar condicionado central, o que torna a temperatura de todos os ambientes bem agradável.

Na parte de informática, são 22 computadores, todos com 2 monitores em LCD). A velocidade de conexão de dados, verificada em um dos computadores da secretaria, em sites especializados, resultou em 68,5 Mbps para “download” e 36,5 Mbps para “upload”. São 3 impressoras lexmark grandes e 01 Samsung multifuncional com scanner.

Os servidores e estagiários têm em suas mesas equipamentos de proteção contra doenças ocupacionais e apoio para os pés.

**17. TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA****17.1. CÍVEL****17.1.1. Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças**

Há 3 processos que versam sobre repatriação de criança ou adolescente por cooperação internacional no APOLO.

Processo	Movimento regular em 12 meses? *	Último movimento	Data do último movimento
0154923-53.2016.4.02.5101	Sim	Conclusão para despacho	26/02/2018
0187465-90.2017.4.02.5101	Sim	Juntada	22/02/2018
0212999-36.2017.4.02.5101	Sim	Certidão	23/02/2018

* Movimentação cartorária e prolação de atos processuais nos prazos dos arts. 227 e 228 da CNCR, desconsiderando sucessiva atualização de registro no APOLO (Fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

17.1.2. Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização

Nos termos do art. 73 da Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), que entrou em vigor em 21/11/2017 (art. 125): “A naturalização produz efeitos após a publicação no Diário Oficial do ato de naturalização.” Portanto, não compete mais à Justiça Federal a entrega do certificado. De todo modo, não há processos sobre a entrega de certificado de naturalização (classe: 7010) no APOLO.



18. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR

O processo relativo à Correição Ordinária anterior (2015.02.01.900350-9, SIAPRO), realizada de 28/09 a 02/10/2015, foi arquivado, em 17/03/2017, sem pendências às recomendações anteriores desta Corregedoria, a seguir listadas, comunicadas à unidade jurisdicional em 27/11/2015 (Ofício TRF2-OFI-2015/24125), e atendidas pelo Juízo em 23/02/2016 (Ofício JFRJ-OFI-2016/01509).

- 1. Buscar a regularização dos processos suspensos, sem decisão que o determine;*
- 2. Observar a correta classificação das sentenças; bem como aquelas registradas como “vazias”;*
- 3. Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados (204) e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.*



19. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

Não foram identificadas ou relatadas boas práticas.



20. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

- 1) Corrigir o tipo da sentença registrado no APOLO proferida no processo 0036530-38.2017.4.02.5101 (item 6.1);
- 2) Sugere-se a abertura da Pasta de Atos de Plantão (art. 148, §6º, CNCR) e a numeração e rubrica das páginas do Livro de Carga ao MPF (art. 147, III) - item 15.



21. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional MARCOS AUGUSTO RODRIGUES GUILAM, ANDRÉ LUIZ SANTOS AMARAL, CARLOS ALBERTO ARAÚJO DA ROCHA, FREDERICO LOURENÇO RIBEIRO E JOSÉ VICENTE BENEVENUTI, revisado e subscrito por Fabio Aldrovando, Assessor Judiciário, matrícula nº 15.939, nesta data.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2018.

FABIO ALDROVANDO

Assessor de Judiciário